

CULTURA, COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: DISPUTAS SOBRE OS LEGADOS DA MEMÓRIA

Roberto Vecchi¹

RESUMO

O artigo propõe aprofundar o tópico geral “cultura, comunicação e diversidade” assumindo como campo de interrogação o caráter problemático e até controverso da memória no tempo contemporâneo. Hipertrofica no plano da mídia, mas também precária, pelo menos na sua relação problemática com o passado, a memória hoje proporciona um campo de batalha muito aberto que sintetiza o conflito de diferentes correntes interpretativas sobre os reusos do passado e a definição de visões compartilhadas em particular sobre eventos traumáticos. Mais especificamente, no âmbito dos estudos sobre a memória, propõe-se discutir um conceito por sua vez polêmico como o de pós-memória, ou seja, a representação do passado por parte não da geração testemunhal, mas por parte de quem herda do passado uma memória em particular traumática. Mobilizando um vasto arsenal de exemplos (do cinema ao documentário, da poesia a prosa etc.) o caso escolhido para discutir o tema da pós-memória é o Brasil e as heranças para a segunda geração dos anos de autoritarismo depois do golpe civil-militar de 1964.

Palavras chave: Cultura. Comunicação. Diversidade. Memória.

ABSTRACT

The article aims to deepen the general topic “culture, communication and diversity”, taking as a field of interrogation the problematic and even controversial nature of memory in contemporary times. Hypertrophic at the level of the media, but also precarious, at least in its problematic relationship with the past, memory today provides us with a very open battlefield synthesizing the conflict of different interpretive tendencies about the re-uses of the past and the possible definition of a shared vision in particular about traumatic events. More specifically, in the context of memory studies, the proposal deals with the discussion on a controversial (on its turn) concept as post-memory, that is, the representation of the past not due to the generation of witnesses, but to those who inherit such memories from the past, particularly the traumatic ones. Mobilizing a vast arsenal of examples (from cinema to documentary, from poetry to prose, etc.), the case of study that was chosen to discuss post-memory issues is Brazil and the legacies of the second generation of authoritarianism epoch, after the civil-military coup in 1964.

Keywords: Culture. Communication. Diversity. Memory.

¹ Doutor em Estudos Iberísticos, Universidade de Bolonha (Itália); Professor de literatura portuguesa e brasileira da Universidade de Bolonha; diretor do Departamento de Língua, Literaturas e Cultura Modernas desta Universidade e coordenador da Cátedra Eduardo Lourenço. É presidente da AIL (Associação Internacional de Lusitanistas).

E-mail: roberto.vecchi@unibo.it



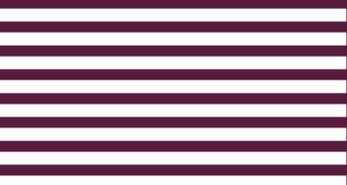
Abordar uma tríade temática como “cultura comunicação diversidade” de modo não epidérmico é uma tarefa, por assim dizer, titânica, senão impossível. Por um lado, pela vastidão do assunto, pela perspectiva interdisciplinar que instala de imediato. Por outro, porque o trinômio condensa em si muitos dos problemas contemporâneos, proporcionando um objeto compósito, mas que ao mesmo tempo define o nosso estar no tempo. Neste tempo, que é um tempo conturbado. Um tempo que, pelo menos do meu ponto de vista, do ângulo de visão de uma universidade do Sul da Europa, se mudou em um tempo onde a própria ideia de Europa se encontra em fase de aberta crise. Uma fase turbulenta da nossa história que põe em choque pelo menos dois elementos do tema principal, a cultura e a diversidade (pelo tema, para alguns apocalítico, para outros messiânico, das migrações).

Neste tempo crítico, limitar-me-ei a um simples recorte, mas que creio possui um potencial e uma ressonância que o podem tornar objeto de discussões mais vastas e situadas. Há uma multiplicidade de conexões implicadas pelo tema. Como por exemplo um *tertium datur* entre cultura e comunicação que é certamente o tema da comunidade (e sobre isso, poderíamos repensar num conto fantástico para problematizar a comunidade que vem, como “O recado do morro” de Guimarães Rosa que melhor de qualquer teoria desmonta pela narrativa o comum como obra identitária entregando à margem, ao precário, ao inesperado a tarefa de criar improváveis elos). Assim como a diversidade é o campo mais disputado nas redefinições identitárias que emergem nas relações intersubjetivas investidas pelos endurecimentos da crise que nos põe perante um paradoxo todo próprio deste tempo: à abertura máxima do mundo que se reconhece num sistema praticamente único corresponde um encerramento crescente na própria singularidade. Cabe tudo, em suma, como sempre, num problema de linguagem, que proporciona a matriz de uma inexaurível diferença, dentro da cultura.

Mas é de um outro paradoxo na verdade de que gostaria aqui de tratar. Um paradoxo sempre deste tempo. Trata-se do peso que na cultura tem o passado. De como obsessivamente tentamos comunicar algo da nossa experiência. Dentro de uma outra diversidade irreduzível que é da impossibilidade de assumir a experiência dos outros. Se a gente quiser dar uma definição sinótica de modernidade, talvez se encontre exemplarmente dentro deste impasse. Está em plena função - e os historiadores conhecem bem o fenômeno, sendo parte dele, a “indústria do passado”.

Uma indústria cultural chave que atravessa - e é por sua vez atravessada - pela mídia e que, como tinha intuído Benjamin refletindo nas metamorfoses da figura da fantasmagoria, possui uma ambiguidade alegórica profunda, de sedução mas também de mistificação (Benjamin 35). A mediatização do passado tem, de fato, o caráter duplo da imagem dialética, produz a partir de uma procura, é produto submetido a regras também alheias às contratualizações da historiografia. Encontramos em contemporâneo, num mesmo eixo, o máximo de possibilidades e de impossibilidades de algum “resgate” do passado perante as múltiplas diversidades que o marcam e que corresponde a uma diversidade também de interesses e posições.

Aqui se define o tema que segundo me parece proporciona um acesso potencial à tríade temática: o espetáculo do passado - da memória se quisermos privilegiar a dimensão individual e coletiva que se



confronta problematicamente com o resgate do passado ou a sua restituição histórica- em tempos de sobrevivências como o nosso².

A memória portanto: um material comum de muitas obras críticas, artísticas, comunicativas, que está indubitavelmente no centro da nossa cultura mostrando um excesso e ao mesmo tempo um risco. Um pouco na linha da reflexão de Andreas Huyssen, sobre as contradições da memória, que descreve como um paradoxo contemporâneo, de dimensões globais: o excesso de memória na cultura saturada pela mídia cria uma sobrecarga tão consistente que a próprio sistema da memória entra em crise e fica em perigo deixando amplo espaço ao risco do esquecimento (HUYSSSEN, 2000). O que alimenta um complexo paranoico de perda definitiva do passado.

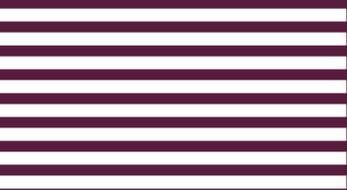
O que está sempre em jogo quando se fala da memória não é de fato o arquivo em si. A técnica amplifica a acumulação da memória, a reprodução das imagens do passado. É algo de mais substancial, ou seja, os modos e as formas da transmissão da memória. O tema da herança. E dos riscos que as memórias mais frágeis possam ser submetidas a um regime de ficcionalização inelutável e incontrolado. Creio que é por isso que hoje o debate sobre a pós memória tenha ficado tão extenso e até obsessivo, com uma tensão permanente entre historiadores que sempre foram depositários do uso da memória numa problemática e dialética relação com a história e os pesquisadores de outras áreas, sobretudo no campo dos estudos de cultura.

Aqui, há um âmbito próprio, reivindicando um tratamento peculiar, que é aquele justamente da assim chamada pós memória, isto é, a memória da segunda ou terceira geração das testemunhas que viveram a experiência em particular traumática. O “conceito” (aspas necessárias) que vem dos estudos literários referidos ao grande paradigma da memória contemporânea que é a Shoah (sempre de acordo com Huyssen) foi elaborado na década de 90 a partir do estudo de imagens e produções culturais (como por exemplo quadrinhos com *Maus* de Art Spiegelman) por Marianne Hirsch que em 1997 publica *Family Frames: photography, narrative, and postmemory*, abrindo um amplo debate de fato ainda não esgotado.

A ideia de uma pós memória configurável não deixa de ser agudamente problemática, dialogando diretamente com os modos em que o trauma pode contribuir para fundar a possibilidade residual de uma memória compartilhada. Conceito portanto controverso, o da pós-memória, que além de reproblematicar a memória em si, coloca a aporia da sua transmissão, portanto a possibilidade de uma sua, ainda que em um espaço exíguo, sociabilização.

A preocupação em relação à pós-memória atravessa várias discussões em curso, como atestam projetos de pesquisas como, em Portugal, junto do Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra, *Memoirs*, sobre a pós-memória em contextos como Portugal, França e Bélgica. Um projeto que surge de uma outra pesquisa desenvolvida nos anos passados, *Os filhos da guerra colonial*, que

² Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto *Memoirs: Children of Empires and European Postmemories* (ERC Consolidator Grant no.648624), coordenado pela Investigadora Principal Margarida Calafate Ribeiro.

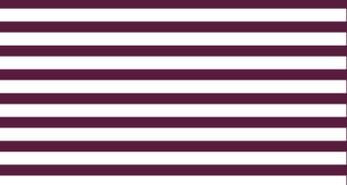


estudou a reconstrução da memória da segunda geração, dos filhos dos ex-combatentes de uma guerra colonial, interrogando-se como os traumas familiares podem ter condicionado as relações e as representações dentro do contexto familiar em Portugal.³

Mais especificamente aqui, me interessa a pós memória da experiência autoritária instalada pela ditadura civil-militar no passado recente. Um dos problemas, que logo no limiar quero assinalar, é que é praticamente impossível delinear, numa chave não genealógica, os inícios da pós-memória de modo autônomo em relação à categoria sem prefixo, a memória, tanto que, sem preocupações, poderia ser assumida como uma sua especialização ou declinação. No fundo, acentos elegíacos, leveza do trato mas também os problemas críticos de vasta magnitude, estão já todos expostos de modo nítido no filme de Cao Hamburger *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias* (2006), longa-metragem sobre o registo do trauma da clandestinidade, da tortura, do desaparecimento, da morte do pai e do retorno da mãe por parte de um menino, síntese esta, extremamente reduzida em relação à acumulação de temas que o filme pressupõe, a vida e os valores da comunidade judaica do bairro do Bom Retiro de São Paulo, o clima de euforia artificial da copa do Brasil tetra de 1970. Ou seja, a pós memória surge, no mínimo, muito misturada com outras componentes que podem pôr em discussão ou até ameaçar, sendo de fato uma sua obstrução, o trabalho da memória. Sempre no fundo, o poema-epitáfio monoverso de Júlio Castañon Guimarães usado aqui como epígrafe que leva as marcas do tempo e que é sempre oportuno citar, “finados”, que no auge da literatura memorialista dedicada aos anos de chumbo do autoritarismo desafiava a possibilidade ingênua de pensar que as memórias das “vítimas” pudessem preencher os vácuos e os silêncios da história e fundar, de certo modo, uma memória comum. Os dias contados da memória provocam a urgência de pensar na pós memória, ou seja o que restará depois da última testemunha, quando a experiência não poderá deixar de ser indireta, mediada, representação só de segundo grau.

A constelação conceptual da pós-memória é extremamente rica e não menos problemática: de fato conecta memória e pós memória, testemunho, transferência de memória, reconstrução, só para nos determos naquelas categorias que mais comunicam com uma reflexão teórica relacionada com a projeção do trauma no horizonte cultural. Poderíamos dizer que tal perspectiva comunica integralmente com a preocupação profunda que atravessou os estudos de cultura sobre o século XX onde a aporia da representação, em particular referida à experiência traumática, na sequência do repertório de horrores que estruturou o século dos extremos, é imanente a múltiplas interrogações. Neste quadro, no entanto, o conceito em jogo, a pós-memória – é provavelmente o mais problemático e o menos configurado ainda que num quadro geral altamente instável do ponto de vista crítico. A pós-memória é um conceito de algum modo em voga nestes anos que redeclina o amplo debate sobre uma aporia – a do testemunho- que atravessou, polemicamente, com uma força especial depois do famoso

³ Sobre os dois projetos, ambos coordenados por Margarida Calafate Ribeiro (CES-UC) com que colaboro e colaborei, vejam-se os sites <http://memoirs.ces.uc.pt/> e <http://www.ces.uc.pt/projectos/filhosdaguerracoloniaal/pages/intro.html>



julgamento de Eichmann em 1961, as últimas décadas. Um conceito problemático, mas também de forte seminalidade crítica.

Mas a que nos referimos quando falamos em pós-memória? Muito depende, para citar uma das críticas mais sagazes desta conceptualização, da qualidade que atribuímos ao prefixo “pós-“ (SARLO, 1997) E uma outra questão que talvez seja mais específica, localizada no contexto do Brasil de que tratamos: uma memória tão disputada e controversa como a da repressão e do autoritarismo, qual pós-memória poderá engendrar? E um evento traumático como os anos plúmbeos do AI5 longe de se fundamentar em políticas da memória compartilhada, proporcionará um déficit ou um excesso de pós-memória, uma assimetria mnésica devida ao caráter problemático de um passado que não parece deixar-se reduzir em narrativas comunitárias ou públicas? Será que a pós-memória também tem os seus dias contados?

Problemática já a partir da sua morfologia, a pós-memória, como se dizia, surge em alguns trabalhos sobre a memória familiar, como o de Marianne Hirsch que a partir do muito citado *Family Frames* de 1997 começa a desenvolver uma reflexão crítica que configura a semântica da pós-memória. Os primeiros traços da proposta de Hirsch apontam para uma classificação um tanto genérica:

In my reading, postmemory is distinguished from memory by generational distance and from history by deep personal connection. Postmemory is a powerful and very particular form of memory precisely because its connection to its object or source is mediated not through recollection but through an imaginative investment and creation (...) I have developed this notion in relation to children of Holocaust survivors, but I believe it may usefully describe other second generation memories of cultural or collective traumatic events and experiences (HIRSCH 2000, p. 22)

Segunda geração de uma primeira de testemunhas (no sentido de testemunhas vivenciais, presenciais, oculares, uma parte portanto daquele conjunto complexo que hoje é a reflexão sobre testemunho) onde a primeira foi marcada pela indizibilidade, pelos limites de representação de uma experiência traumática, em particular com referência à experiência extrema da Shoah.

No entanto, os planos inclinados de categorias críticas como memória e testemunho desestabilizam ainda mais a idéia de pós-memória. É por isso que muitos trabalhos sucessivos ao gesto fundador de Hirsch se concentram sobre uma refocalização do campo da pós-memória: esta assim se torna antes de tudo uma ocasião de reflexão sobre a memória e uma tentativa –máscara ou fetiche- que tenta suprir as suas lacunas, preencher as suas incontáveis perdas. De fato, revisões mais recentes, sempre de Hirsch, tornam a categoria mais inteligível não só pela sua reinscrição geracional, mas porque, enquanto poderoso tipo de memória que surge mais do silêncio que das palavras, configura-se como “dimensão da recordação intersubjetiva” (HIRSCH, 2006, p. 392) ou, adotando a figura proposta por Geoffrey Hartman das “testemunhas adotivas”, a pós-memória torna-se um “testemunho adotivo *a posteriori*” que instaura uma relação ética com a experiência traumática ou da dor. A pós-memória em suma atesta uma distância que acaba por reafirmar, sempre nas palavras de Hirsch, “a natureza diferencial da própria recordação traumática” (HIRSCH, 2006, p. 393). Isto leva à afirmação, um tanto



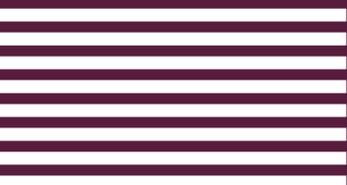
metafísica, que provavelmente *somente* as gerações sucessivas conseguiriam recordar e elaborar o trauma, confirmando um traço da experiência traumática, já proposto da Cathy Caruth, sobre a dimensão intersubjetiva do trauma, que o tornaria um lugar de abertura –ou de encontro- com o outro.

Se a ideia de uma memória *a posteriori* inscreve a pós-memória numa constelação mais ampla dominada pelos “pós” prefixais (pós-moderno, pós-colonial, pós-trágico etc.) –o que torna ainda menos apreensível, mais ambíguo e teoricamente confuso, o seu núcleo conceptual- ela parece assim desempenhar a função de restituição que tragicamente não se cumpre na construção de uma memória da cena traumática para quem a protagonizou, ou seja, o supérstite (que não consegue desenvolver a sua função de quem recorda).

Neste quadro escorregadio, há uma diluição de objetos que na verdade são problematicamente redutíveis, como trauma, lembrança, memória, embora instituem uma combinação criticamente densa. Desta “memória da memória”, uma memória em abismo, que seria a pós-memória, assim como a elabora Hirsch, outros autores como por exemplo James Young (*At Memory's Edge*) usam já em uma chave em que a dimensão singular da lembrança é adequadamente valorizada com uma distinção de um duplo ato de lembrar, um próprio –a lembrança da experiência- e outro –que nos interessa- vicário, como lembrança de vivências alheias, pela incorporação de narrações, imagens de alguém dentro da esfera privada.

Uma crítica inteligente e cortante ao conceito de pós-memória é a elaborada por Beatriz Sarlo –de um contexto onde a referência histórica dos “desaparecidos” pela ditadura militar predomina sobre a da *Shoah* proporcionando um outro campo analítico, o que torna a posição de Sarlo extremamente adequada a uma sua aplicação aqui no Brasil. Ao expor os eixos problemáticos da categorização da pós-memória que a tornam “um gesto teórico mais amplo do que o necessário”, Sarlo nota que “simplesmente se terá escolhido chamar pós-memória o discurso em que há o envolvimento da subjetividade de quem escuta o testemunho do seu pai, de sua mãe, ou sobre eles” (SARLO, 1995).

Nesta perspectiva, a pós-memória induz uma reflexão sobre as formas de memórias que não se prestam a uma elementar dicotomia entre titulares da experiência ou da vivência e os seus filhos, em virtude da qual o potencial de uma ideia de pós-memória, não só não se reduz, mas pelo contrário, nesta reconfiguração crítica, se amplifica, visto que assim, “todo passado seria abordável somente por exercício de pós-memória” (SARLO, 1995, p. 112-113). O que o debate sobre a pós-memória de certo modo e positivamente pressupõe é uma revisão dos protocolos das memórias e sobretudo uma redefinição dos seus campos e das suas aporias. Se a cena foi dominada, pelo menos no pós guerra e no pós Shoah, pela obsessão em relação a uma definição de um paradigma do testemunho, a paisagem atual apresenta outros traços de problematização. No fundo, a abertura do caráter trágico do testemunho integral que é titular da experiência mas não da representação, de acordo com uma famosa reflexão que encontra o seu limiar lúcido em Primo Levi, para outras configurações como a performatividade ou da des-subjetivação e re-subjetivação proporcionadas pelo autor vicário da testemunha, explicam as observações de Sarlo que concentram na pós-memória problemas da memória *tout court*. Nos dois



exemplos alegados por Sarlo, o contra-exemplo se relaciona com o sentimento do abandono no caso dos filhos dos desaparecidos, a partir da análise do filme *Los rubios* de Albertina Carri de 2003.

No caso do Brasil, temos uma importante curtametragem de 1996, *15 filhos*, dirigida por Maria Oliveira e Marta Nehring, duas filhas dos anos de chumbo e que reúne amostras significativas induzindo uma reflexão sobre a pós-memória. Embora por uma trilha menos artística e mais documentária em relação ao filme argentino, a curta brasileira atesta também como a pós-memória se constrói a partir de um forte grau de subjetividade que procura preencher todas as falhas, inúmeras, da reconstrução. A sequência de depoimentos funciona na verdade como sequência de imagens faladas que se amalgama com rastros fotográficos. Emergem ícones da dor e do trabalho da perda, que se assumem como disfarces, como fetiche de uma restituição impossível: a violência simbólica de uma vitória da polícia na pipoca da menina, filha do preso político, o indizível que se expõe, nos silêncios ou na fala esburacada pela emoção renovada, apesar da distância temporal dos traumas relatados. Ao lado da morfologia dupla que marca esses exemplos de pós-memória – efeito do discurso e, ao mesmo tempo, relação com os materiais residuários (fotos, imagens, lembranças) pelos quais se tenta a reconstituição, onde as perdas são, como observa sempre Sarlo, não tanto falhas da memória mas produto da economia da destruição operada pelo regime (SARLO, 1995, p.113), impressiona um aspecto menos evidente do documentário, o que parece monólogo dos filhos é na verdade – se percebe por ruídos de fundo - o diálogo entre uma segunda geração de vítimas que procura portanto já uma sua reestruturação comunitária.

Provavelmente, o trânsito relevante entre memória e pós-memória, é de uma esfera perturbada como o espaço público que a testemunha vem ocupando para um outro paradigma –ou a transformação do primeiro- inscrito no espaço privado, no círculo familiar, que seria o pacto, como o define Wierviorka, da compaixão. Na verdade, não se trata exatamente de um trânsito: bem mais de uma extensão dos problemas da memória associados às aporias sempre mais evidentes do testemunho e dos modos pelos quais uma memória pública a partir dos limites da recordação individual pode começar a se constituir. Um traço que de fato fundaria a dimensão da pós-memória está presente e preenche a “era da testemunha”, uma época –a nossa- onde as testemunhas vivenciais deixam o lugar a outro tipo de testemunho, indireto, mediador, onde a experiência já surge como representação. Este elemento distintivo é que o testemunho se configura mais como ato do que como fato (BIDUSSA, 2009, p.25) justamente porque “fala para o coração, não para a razão” (WIEVORKA, 1999, p.153). Que o lado performativo deste ato, seja ou não uma condição vantajosa ou prejudicial para a construção de uma memória possível, é um debate em curso, onde as duas posições são minuciosamente postas em confronto (e o caso Papon evocado por Wieviorka representaria o marco visível desta transformação do testemunho com a sua passagem para os historiadores como portadores de memórias e, sobretudo, para a geração seguinte, a das testemunhas depois das testemunhas, da memória traumática indireta em suma –também problematicamente pós-memória, como no caso de Esther Fogiel, sempre do processo Papon).



Assim, a dimensão da pós-memória surgiria de fato dos desdobramentos da memória, dentro de um conjunto de problematizações –e entraves- que continua a ser a do testemunho. Poder-se-ia observar que continua a ser o paradigma mitológico de Filomela (lembrando o “Philomela Project” de Geoffrey Hartman, ou seja, “the restoration of voice to inarticulate people”, 169) que continua no centro da cena e das performances e procura preencher a falha inexorável do testemunho. Tal traço performativo se torna extremamente evidente na literatura da “pós-memória” onde imagens, palavras, restos sensoriais do passado afloram (como por exemplo em romances dos mais emblemáticos, neste contexto, *Austerlitz*, de Sebald ou *Everything Is Illuminated* de Jonathan Safran Foer).

Mas como é que este problema de índole teórica repercute no caso do trauma da tortura, morte e eliminação do corpo da vítima e das suas projeções no horizonte familiar? Mais uma vez parece que estamos perante a questão -clássica diria- de uma singularidade de uma experiência histórica que parece em condições de fundar uma exceção. Nesta situação, não temos, como no caso da Shoah, a matriz de um modelo de construção da memória (onde ficaria em suspenso se o modelo basta para fundar também um saber, o que obteria uma resposta provavelmente negativa).

Um elemento que definiria comum por exemplo entre o problema da memória traumática em Portugal e no Brasil, referido no primeiro caso à guerra colonial e no segundo à experiência da ditadura é que ambos são de certo modo Países da “não-inscrição”. No caso de Portugal com a guerra colonial, mas desse ponto de vista me parece também hoje com a experiência dos anos do autoritarismo no Brasil, estamos diante de eventos ainda à procura de um nome, onde a incapacidade de nomeá-los corresponde, num plano simbólico, a uma incapacidade de pensá-los como fundadores de uma memória compartilhada ainda que traumática. Esses eventos que não tiveram (ainda ou para sempre) inscrição –lembrando a definição de Portugal como “o País da não-inscrição” de José Gil- onde o que não se inscreveu foram as perdas, as mutilações e cicatrizes –os traumas- efetivas e não só figurais que a essas fases historicamente dilacerantes se associaram, de fato engendraram, como ocorre quando não se dá a inscrição e o luto não tem curso, um fantasma recorrente. Assim, um “branco psíquico” –a não inscrição- passaria de geração em geração, como o “impensado genealógico” de Abraham e Torok, em termos metapsicológicos (GIL, 2005, p.22). Esta dificuldade se percebe no debate atual sobre a não-inscrição do evento traumático como elemento próprio redemocratização do País. A não inscrição – ou a inscrição ainda em fase de elaboração- como atesta o vídeo dos *15 filhos* faz com que o impacto traumático se tenha projetado em particular dentro de uma dimensão sobretudo familiar e não propriamente comunitária. Assim, as experiências traumáticas ficaram como que encapsuladas nas “criptas” familiares. A pós-memória num contexto de memória perturbada como este não passaria de mais uma oclusão para a recordação se transformar em memória, tendo já a própria consistência fragmentária da pós-memória, pela sua condição “em abismo”, uma resistência para ir além da narrativa egótica e tornar-se espaço mnésico comunitário. A assimilação da família a uma tipologia própria de comunidade, de fato, funciona problemáticamente e o que o problema da segunda geração de certo modo implica é um modelo comunitário que começa dentro da “comunidade” familiar, pondo

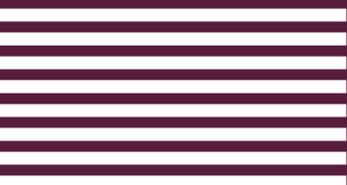


em relação espaço público e espaço privado, político e *oikonomico*. Nesse sentido, a esfera privada da família, em particular na declinação que tem no Brasil como lugar heterogêneo de construção de uma sociabilidade própria condicionando a estruturação do espaço público –um modelo que pressupõe a produção e a realização integral da sua própria essência, de um “ser comum” que é a obra que se esforça de realizar (NANCY, 1992, p.21-22)- está muito longe de se tornar uma comunidade sem obra, onde a finitude do ser singular (do “ser em comum”) se expõe e ela, a comunidade familiar, pode acontecer –“ter lugar”. A diferença desta articulação crítica reside no caráter permanentemente incompleto, não homogêneo, sujeito a constantes transformações, da ideia de comunidade; ela portanto não encontra seu princípio na construção, mas na incompletude, uma comunidade estruturada na falta, portanto *désœuvrée*, inoperosa, sem obra.

É como se sobre a família que é o espaço da pós-memória permanecesse uma sombra mítica que obscura e obtura a comunicação comunitária. O problema da pós-memória talvez encontre aqui a sua aporia principal: pode contribuir a fundar uma dimensão intersubjetiva da memória individual, mas que ainda não é memória pública. Um aspecto que incide nesse processo de reconstrução, pelo menos no campo literário, que determina sempre o risco ou a ameaça na construção da memória pública, sobretudo quando a memória pública é controversa como a do passado recente, é uma espécie de hipertrofia canônica do trabalho da memória. De fato, na literatura sobretudo modernista, o “texto da lembrança alimenta o texto de ficção, a memória afetiva da infância e da adolescência sustenta o fingimento literário” (SANTIAGO, 1982, p. 31). Isso cria a aparência de um enorme trabalho da memória que porém está todo dentro das ambiguidades (comunitárias) das famílias tradicionais, do discurso memorialista hegemônico.

A pós-memória na dimensão traumática da história familiar passaria por uma brusca destruição desse modelo que ocorreu de modo bem menos canônico e mais fragmentário. Há livros onde a destruição dessas construções mitológicas (na verdade sedimentadas pela história da formação do País) são alvo de um gesto iconoclasta resolutivo e por isso revelador. Livros aparentemente longínquos das redes da memória, dos problemas da sua transmissão, mas cuja escrita exigente incorpora preocupações bem mais abrangentes que acabam por funcionar como dispositivos críticos bastante sofisticados.

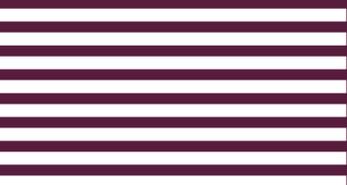
Cito um exemplo dessas obras que ainda não explicitamente tematizam as violências latentes da esfera privada ou exibem como a família é um lugar de conflitos e não de composição que é *Lavoura arcaica* de Raduan Nassar (1975). Este exemplo poderia soar como extravagante pelo tema que estamos tratando, mas o romance expõe a obturação da comunicação que impede ultrapassar “o limite em que as coisas já desprovidas de vibração deixam de ser simplesmente vida na corrente do dia-a-dia para ser vida nos subterrâneos da memória” (NASSAR, 1975, p. 99). Não é só a paisagem de escombros domésticos que impressiona dessa narrativa marcada por uma simbologia trágica, onde o mito atua com força ainda dentro da dimensão moderna do contexto, mas como dentro da esfera privada, apesar das antíteses do contraste, há um dispositivo de acordo com o qual “toda ordem traz uma semente de desordem, a clareza uma semente de obscuridade” (NASSAR, 1975, p.160). Há também



um impressionante capítulo (o 25), já depois do retorno de André o narrador, de um falso diálogo entre o pai e o filho, que mostra que a disputa é, como na tragédia, antes de tudo linguística, entre o pai que reproduz o regime da ordem através de uma mitologia familiar abstrata fundamentada num logos aparente, o filho acusado de subverter a linguagem pela desordem, por outro logos, “embaralhando as ideias, desintegrado as coisas numa poeira” (NASSAR, 1975, p.169) e há um terceiro regime representado pela mãe, sem logos mas com voz que fala “ em língua estranha, as palavras ternas com que sempre me brindara desde criança” (NASSAR, 1975, p.171). Apesar de se coagular uma transmissão da experiência pelo menos horizontalmente, na mesma geração, a obturação intergeracional não só não reproduz memória, mas articula uma curiosa troca: a violência dos desejos e dos sonhos de André que agride o modelo de família arcaico se projeta num plano simbólico, enquanto o moralismo e os valores do pai acabam por explodir num gesto de uma violência indizível que afeta as categorias descritivas e perturba a ordem da representação. *Lavoura arcaica* problematiza a possibilidade de pensar em uma memória familiar, imediata, linear, que surja das relações falsamente pacíficas, mas na verdade em latência violentíssimas do patriarcalismo, no meio de conflitos dilacerantes. Desmonta uma moldura que se afirmou no cânone expondo seus lados muito mais controversos e cortantes.

O que chamamos de pós-memória, de memória segunda de um trauma alheio ocupará um lugar próprio da escrita, sem se confundir na mescla de memória ficcional da modernização literária, embora a hipertrofia obsessiva da memória (atestada também na paisagem contemporânea por obras como as de Silvano Santiago ou Chico Buarque) possa pôr em perigo a salvação de um trauma testemunhado pela segunda geração, com representações de uma representação no entanto desprovida de elos com elas.

Apesar de controversa, a ideia de pós-memória levanta uma possibilidade de memória de qualquer modo interessante para interrogarmo-nos sobre as formas de memória *tout court*. Chamaria esta possibilidade uma inscrição (póstuma) da não inscrição de vivência e eventos traumáticos que se realiza no círculo familiar. De fato, perante a questão relevante da existência ou não da memória colectiva (pense-se nas restrições de Sontag e de Kosellek sobre a irreducibilidade da recordação individual) o que releva Aleida Assmann, pelo contrário, é que a inscrição física, corpórea da memória, feita por feridas e cicatrizes é muito mais fiel do que a memória mental (ASSMANN, 2002, p.75). O que permite, depois, a fundação de uma memória compartilhável a partir da impressão individual da dor é uma passagem relevante, “do físico ao metafísico” que corresponde a uma metaforização conferindo um valor paradigmático à experiência individual (MAJ, 2004, p.29). São de facto, como bem mostra Paolo Virno refletindo a partir de Adorno sobre a instância profunda dos materialistas, as impressões do prazer e da dor que trivial mas materialmente recolocam de modo constante e de certa forma polémica a imagem do corpo que sente sofrimento ou prazer, em relação à lógica ou à metafísica, privilegiando de certo modo a sensação sobre o discurso (VIRNO, 1992, p.59). Aqui, as narrações resgatadas da esfera privada (como os *15 filhos* por exemplo) funcionariam de certo modo como o *medium* que, de acordo com a Hirsch mas também em Sebald, é decisivo para a construção da pós-memória que é o território das imagens, das fotografias (*imagetexts*). E as fotografias são



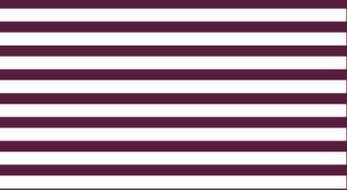
provavelmente o elo que hoje mais nos conecta com o passado da repressão ditatorial (veja-se por exemplo o volume *Direito à memória e à verdade* da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos onde as fotografias, quando existem, desempenham uma função essencial na construção do retrato da pessoa). E a partir de imagens “que narram ou são narráveis” (no quiasmo de Márcio Seligmann-Silva “A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens”, 2006) talvez se possa repensar na pós-memória como um certo tipo de imaginação memorialista.

É sempre duplo, de fato, o regime que caracteriza certas imagens, certas palavras, um excesso ou um defeito, uma distância ou uma proximidade, um sentido imediato e outro cifrado, complexo, inapreensível. É com esta oscilação nem precisamente dialética, bem mais um “palpite”, que remete para a definição das assim chamadas “imagens-arranco” (que se opõem à ideia platônica da imagem-véu, mas que são próximas no entanto das imagens dialéticas). Como com os signos, as imagens produzem um efeito através da sua negação (DIDI-HUBERMAN, 2005, p.106): são as imagens “apesar de tudo” de George Didi-Huberman. A imagem surgiria assim do silêncio e da falência de pensamento, “onde todas as palavras se calam e todas as categorias fracassam”, imagens-arranco no sentido que o real encontra no arranco a possibilidade de passagem, de representação pela obstrução” (DIDI-HUBERMAN, 2005, p.107). A pós-memória, pelas suas obstruções, poderia ser vista como um repertório de imagens submetidas a esse regime oclusivo.

Para um contexto como o da ditadura militar e das suas políticas de repressão, ainda longe de se contratualizar socialmente no plano da memória coletiva como atesta por exemplo o atual debate sobre a anistia, onde ainda está em disputa a legitimidade da sua representação, a constelação testemunho-pós-memória-transferência da memória pode funcionar como uma ferramenta crucial para repensar o que essa estação opaca foi sobre grupos socialmente relevantes e que efeitos, visíveis ou invisíveis, determinou dentro da sociedade, nas gerações seguintes, embora ainda não exista uma narrativa consensual sobre o que efetivamente ocorreu.

Àquela época de estado de exceção, de suspensão dos direitos, do lado das vítimas, falta ainda a compaixão como pato intergeracional dentro da esfera familiar, o que impede a sua contratualização no espaço público que seria o seu pressuposto. De fato, como analisa Martha Nussbaum, em *A inteligência das emoções*, a compaixão, ainda que não represente a totalidade da racionalidade pública (no liberalismo político baseado no “consenso por intersecção”, NUSSBAUM, 2004, p.479) tem um papel significativo em plasmar a compreensão coletiva perante os traumas socialmente relevantes (NUSSBAUM, 2004, p. 539) que reconfiguram o espaço público.

Os dias contados da pós-memória, a exiguidade dos relatos da segunda geração sobre a época autoritária (que se pode reduzir, no campo literário a pouco títulos, um desses, por exemplo, *Feliz ano velho* de Marcelo Rubens Paiva mas que pelo modo com que recompõe vivencialmente a fratura entre corpo biológico e corpo político constitui uma exceção mais do que um exemplo nesse território) induz a repensar não só nos protocolos da memória, mas como essa sempre se projeta no plano da subjetividade ética quando a partir dela pretendemos fundar uma dimensão compartilhada, no espaço



público, do passado traumático. É aqui que o mito clássico de Filomela se torna uma metáfora ilustrativa importante para iluminar um conceito problemático e escorregadio como o de que estamos falando.

As representações –em qualquer campo expressivo- da segunda geração em relação à cena traumática são importantes porque não só contribuem para fundar o campo da compaixão (que possibilita algum testemunho) em torno aos traumas do autoritarismo, mas também porque, pelas mitologias familiares que elabora e projeta para fora, tornando-se comunicação, reinscreve no espaço público a dimensão da pós-memória que –como vimos- tem o seu limite no seu caráter individual e, frequentemente, intransitivo. O trabalho de Filomela –violada por Tereu que lhe corta a língua para ela não poder falar, mas que borda o que a sua impossibilidade de fala lhe impede dizer - os fatos violentos vivenciados - encontra assim um seu correlativo viável, torna legível pelo bordado a cápsula imperfurável da dor sofrida, transmitindo a experiência traumática antes na dimensão doméstica, disseminando-a pela polis.

Finalmente, se esta configuração da pós-memória e do suplemento de ato de autor que dela se origina efetivamente funciona, a memória pública de uma experiência traumática como a tortura ou a eliminação do corpo dos militantes dos anos de chumbo, seria possível. Não só, mas o impasse da transmissão/transferência da memória assim simbolizada para as novas gerações seria de certo modo superado, através de uma pedagogia da reelaboração da história como trauma –não só reduzida em lembranças- mas projetada politicamente no espaço público.

Isso contratualiza a compaixão própria do testemunho e da pós-memória e, em simultâneo, dissemina representações de uma memória nova que ressignifica, não melancolicamente, as perdas e os vácuos do passado. Se assim for, refletir sobre a pós-memória, ler o bordado do trauma penosamente urdido pela vítima, dentro da e para a esfera familiar, pode ser um ato politicamente útil: inclusive para repensar a comunidade e as múltiplas violências identitárias ou étnicas que frequentemente se usam para re-sancionar a sua fundação. No fundo, há sempre rastros da pós-memória na escrita, como bem aponta Blanchot quando a define como uma “relação com o que não se pode lembrar, testemunha do não-experimentado” (BLANCHOT, 1990, p. 140)⁴.

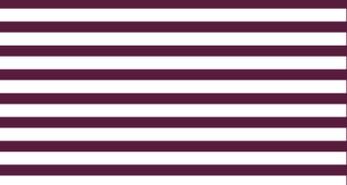
REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Ricordare. Forme e mutamenti della memoria culturale**. Bologna: Il Mulino, 2002 (ed.or. 1999)

BENJAMIN, Walter. **I “passages” di Parigi**. Tiedemann, Rolf (ed.) Ganni, Enrico (ed. it). Torino: Einaudi, 2000.

BIDUSSA, David. **Dopo l’ultimo testimone**. Torino: Einaudi, 2009.

⁴ Lembro que um texto chave, na Itália, para a reflexão por volta da pós-memória, no caso, da terceira geração da pós Shoah é Di Castro, 2008, que re-cita no título a conhecida afirmação de Blanchot.



BLANCHOT, Maurice. **La scrittura del disastro**. Milano: SE, 1990 (ed.or. 1980).

DI CASTRO, Raffaella. **Testimoni del non-provato. Ricordare, pensare, immaginare la Shoah nella terza generazione**. Roma: Carocci, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Immagini malgrado tutto**. Milano: Raffaello Cortina, 2005 (ed.or. 2003).

GIL, José. **Portugal, hoje. O medo de existir**. 3. ed. Lisboa: Relógio d'Água, 2005 (ed.or. 2004)

HARTMAN, Geoffrey H. **Minor Prophecies. The Literary Essay in the Culture Wars**. Cambridge-London: Harvard University Press, 1991.

HIRSCH, Marianne. **Family Frames: photography, narrative, and postmemory**. 2 ed. Cambridge and London: Harvard University Press, 2002 (ed. or. 1997)

_____. Immagini che sopravvivono: le fotografie dell'Olocausto e la post-memoria. In: Cattaruzza, Marina et al. (eds.) **Storia della Shoah. La crisi dell'Europa, lo sterminio degli ebrei e la memoria del XX secolo**. Torino: UTET. V. III. p.384-421, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro; Aeroplano, 2000.

MAJ, Barnaba. Lendas, lembranças e memória. In: VECCHI, Roberto-ROJO Sara. **Transilterando o real. Diálogos sobre as representações culturais entre pesquisadores de Belo Horizonte e Bologna**. Belo Horizonte: FALE, 2004. p.21-33.

NANCY, Jean-Luc. **La comunità inoperosa**. Napoli: Cronopio, 1992 (ed.or. 1986 e 1990).

NASSAR, Raduan. **Lavoura arcaica**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NUSSBAUM, Martha. **L'intelligenza delle emozioni**. Bologna: Il Mulino, 2004 (ed.or. 2001)

SANTIAGO, Silviano. Vale quanto pesa (a ficção brasileira modernista). In: **Vale quanto pesa**. Ensaios sobre questões culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 25-40.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo-Belo Horizonte: Companhia das Letras e Editora da UFMG, 2007 (ed.or. 2005).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. In: *Remate de Males*, 26 (1), p.31-45, 2006.

VIRNO, Paolo. I rompicapo del materialista. In: AA.VV., **Il filosofo in borghese**, Roma: Manifestolibri, 1992. pp.57-66.

WIEVIORKA, Annette. **L'era del testimone**. Milano: Raffaello Cortina, 1999 (ed.or. 1998)